


A Literacia Financeira dos Estudantes do Ensino Superior: estudo de caso de uma Escola da UTAD

La Alfabetización Financiera de Estudiantes de Educación Superior: estudio de caso de una Escuela de la UTAD

Reiville dos Santos **Rêgo***

 ORCID iD 0009-0008-9605-9045

Joaquim Bernardino de Oliveira **Lopes****

 ORCID iD 0000-0001-9961-1538

José Paulo Cerdeira Cleto **Cravino*****

 ORCID iD 0000-0002-5376-6128

Resumo

Este estudo tem como principal objetivo avaliar a literacia financeira dos estudantes de licenciatura e de mestrado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, mediante um instrumento validado¹ e usado pelo Banco de Portugal para estudar a temática na população portuguesa em geral. Depois de efetuada a revisão da literatura, foi-nos possível perceber e compreender as questões essenciais da literacia financeira, e permitiu-nos aplicar o referido instrumento, depois de devidamente adaptado a uma amostra de 84 estudantes universitários. A alfabetização financeira é um desígnio institucional e social de qualquer país, porque a população usa recursos financeiros diariamente e deverá ter informação e conhecimento para tomar as melhores decisões na ótica da utilidade e da satisfação das necessidades. É verdadeiramente importante ressaltar que a população universitária deverá ter acesso rapidamente aos conhecimentos relacionados com a correta tomada de decisões, e de tudo o que está relacionado tanto com o dinheiro como com os instrumentos financeiros. Este coletivo terá a responsabilidade de fazer progredir o país, e por isso deverão ser capazes de esclarecer e orientar as suas finanças pessoais, familiares e das empresas.

Palavras-chave: Alfabetização financeira. Estudantes universitários. Poupança. Despesa. Investimento. Fontes

* Mestre em Matemática pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Tomé-Açu, Pará, Brasil. E-mail: reiville.rego@ufra.edu.br. Estudante de doutorado em Didática de Ciências e Tecnologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal.

** Doutor em Física/Didática da Física pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Professor Catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal. E-mail: bloopes@utad.pt.

*** Doutor em Física/Didática da Física pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Professor Auxiliar com Agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal. E-mail: jcravino@utad.pt.

¹ A validação do questionário foi efetuada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-UCP), e no que se refere ao 3º Inquérito de Literacia Financeira foram validadas 1502 entrevistas que permitiram a corroboração com a literatura científica e com os objetivos metodológicos do estudo (Banco de Portugal, 2020, p.22).

de informação.

Resumen

El principal objetivo de este estudio es evaluar la educación financiera de estudiantes de licenciatura y máster de la Universidad de Trás-os-Montes y Alto Douro, utilizando un instrumento validado¹ y utilizado por el Banco de Portugal para estudiar el tema en la población portuguesa. La revisión bibliográfica realizada nos permitió comprender los temas esenciales de la educación financiera, y nos permitió, también, aplicar el mencionado instrumento, luego de ser adecuadamente adaptado a una muestra de 84 estudiantes universitarios. La educación financiera es un objetivo institucional y social de cualquier país, debido a que la población utiliza diariamente los recursos financieros y debe contar con información y conocimientos para tomar las mejores decisiones desde la perspectiva de la utilidad y satisfacción de necesidades. Es verdaderamente importante resaltar que la población universitaria debe tener acceso rápidamente a conocimientos relacionados con la correcta toma de decisiones, y todo lo relacionado tanto con el dinero como con los instrumentos financieros. Este colectivo tendrá la responsabilidad de hacer progresar al país, por lo que deberá poder aclarar y orientar sus finanzas personales, familiares y empresariales.

Palabras clave: Educación financiera. Estudiantes universitarios. Ahorro. Gasto. Inversión. Fuentes de información.

1 Introdução

A complexidade da vida atual no plano pessoal, familiar e empresarial legitimou a importância da literacia financeira como tema central e de interesse generalizado. Nós, diariamente, estamos perante decisões que devemos perceber em extensão e em profundidade, e a qualidade de compreensão das situações em torno dos recursos financeiros deverá ser elevada. Neste assunto, acreditamos que as instituições do ensino superior têm uma responsabilidade acrescida, porque preparam os alunos em questões gerais e específicas, onde o crédito, o investimento e a despesa são motivos de grandes alegrias pessoais, bem como de grandes aflições individuais, familiares e empresariais. Dessa forma, o principal objetivo deste estudo é avaliar e comparar a educação financeira dos alunos de licenciatura e mestrado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com a população em geral, através de um instrumento utilizado pelo Banco de Portugal com o propósito de estudar a temática na população portuguesa.

2 Definição de literacia financeira

A literacia financeira é um domínio como qualquer outro, onde não existem definições únicas, generalizadas e universais, por causa da sua ampliação histórica conceptual que começou na gestão do dinheiro e, hoje, tem a ver com as competências na área financeira (Fernandes; Lynch; Netemeyer, 2014; Huston, 2010; Xu; Zia, 2012). A realidade da literacia financeira passou a ser um assunto de interesse institucional, não seja prova evidente o 3º

Relatório do Inquérito à literacia financeira da população financeira, desenvolvido no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira e publicado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Banco de Portugal, 2020). No âmbito da literatura mais importante e recente, nomeadamente autores como Semra Aksoylu, Derviş Boztosun, Fatih Altinişik, Emre Baraz (Aksoylu *et al.*, 2017), a literacia financeira é definida como a capacidade de análise, compreensão e gestão da realidade e dos problemas financeiros que se colocam diariamente aos cidadãos. Aliás, neste momento, inclusivamente é avaliado, também, o conhecimento dos diversos instrumentos financeiros, o funcionamento dos mercados bancários e bolsistas, bem como conhecimentos sobre a regulação e os comportamentos dos operadores financeiros. Já em 2000, Vitt *et al.* apresentam a literacia financeira como a

[...] ability to read, analyze, manage, and communicate about the personal financial conditions that affect material well-being. It includes the ability to discern financial choices, discuss money and financial issues without (or despite) discomfort, plan for the future, and respond competently to life events that affect every day financial decisions, including events in the general economy (Vitt *et al.*, 2000, p.xii).

Com base nessa definição, compreendemos que os autores Lois A. Vitt, Carol Anderson, Jamie Kent, Deanna M. Lyter, Jurg K. Siegenthaler e Jeremy Ward consideram que a literacia inclui as funções de leitura, análise, gestão e comunicação sobre a situação e o bem-estar financeiro do cidadão. Mais, consideram adicionalmente que o cidadão tenha a capacidade de fazer escolhas financeiras, planear o seu futuro e responder com competência aos diferentes episódios da vida que o afetam o seu bem-estar financeiro.

Um outro autor que nos pareceu interessante foi David Remund (2010) que apresenta a literacia financeira como uma realidade conceptual e operativa. A dimensão conceptual está diretamente relacionada com a complexidade da sociedade e da economia, onde o autor considera que está diretamente relacionada com os conhecimentos de conceitos financeiros; capacidade de falar sobre esses conhecimentos financeiros; destreza na gestão das finanças pessoais; tomada de decisões e competência de planeamento do futuro financeiro do cidadão. Por outro lado, a dimensão operativa está relacionada com a realidade dos investimentos, poupança, empréstimos e gestão orçamental. No mesmo sentido, Aksoylu *et al.* (2017) defendem que a alfabetização financeira é condição para o planeamento financeiro e a garantia da correta tomada de decisão sobre as questões financeiras.

3 A importância da literacia financeira

A literacia financeira abrange fatores determinantes nas tomadas de decisão em que o conhecimento e a competência financeira do cidadão alavancam qualquer decisão pessoal, profissional ou coletiva. A atratividade da economia de mercado e as práticas agressivas de gestão de *marketing* só podem ser contrariadas com a consciencialização da situação económico-financeira do indivíduo, da família ou da empresa. Cada vez mais, há vontade da imensa maioria dos governos nacionais em incrementar a literacia financeira por forma a qualificar as decisões financeiras dos operadores na economia de mercado, e por causa da complexidade crescente de todas as decisões individuais e coletivas (Banco De Portugal, 2010; Mandell; Klein, 2009; Atkinson; Messy, 2012; Fernandes; Lynch; Netemeyer, 2014). Mais recentemente, Messy e Monticone (2016) num artigo intitulado *Financial Education Policies in Asia and the Pacific* apresentam um conjunto de ideias interessantes, nomeadamente:

- o reconhecimento da literacia financeira como uma competência para o desenvolvimento e crescimento económico;
- a perceção que a economia é o somatório das práticas individuais e coletivas;
- a integração de políticas governamentais sobre a alfabetização e consciencialização das populações para as questões económico-financeiras.
- os Estados reconhecem que a falta de informação e formação sobre as questões de endividamento podem ter um efeito comprometedor e nefasto sobre as economias.

Conseguimos perceber que a ignorância sobre as questões económico-financeiras não permite o pensamento organizado e planeado sobre tão importante assunto na vida diária das famílias e das empresas. Mesmo as decisões simples sobre questões financeiras acarretam, sempre, uma série de consequências, já para não falar de decisões sobre produtos financeiros estruturados, que implicam grande experiência e conhecimento para se perceber as virtudes e qualidades dos produtos financeiros (Lusardi; Tufano, 2015; Calcagno; Monticone, 2015). Acreditamos que o cidadão com um bom nível de literacia financeira está em melhores condições para a acumulação de riqueza e *status*, porque consegue aproveitar as oportunidades diárias e periódicas com que se confronta na sua vida pessoal e empresarial. Estes conhecimentos permitem potenciar as decisões ao nível do investimento, do endividamento, da poupança e do consumo (Lusardi, 2015).

Um outro coletivo importante, tanto para a administração como para os operadores económicos são os jovens. Esse coletivo têm uma série de desafios financeiros e, por isso, normalmente estão cientes e disponíveis para a compreensão do mundo das finanças, por forma a evitarem uma série de erros e ineficiências das decisões pessoais. Por outro lado, vivemos tempos de excesso de informação, o que não é o cenário ideal para o cidadão normal e corrente

ficar cabalmente esclarecido sobre os múltiplos conceitos e assuntos relacionados com a realidade financeira. O desenvolvimento de programas públicos de literacia financeira é um assunto estratégico e essencial para melhorar a compreensão do cidadão e das empresas dos assuntos financeiros, porque o que está em causa, no essencial, é o desenvolvimento económico das famílias, das empresas, da sociedade e do Estado. Aliás, e adicionalmente, só com um bom nível de conhecimentos sobre a realidade económico-financeira é que o sistema bancário se desenvolve, por causa do seu nível de complexidade no que toca aos produtos e aos mercados financeiros. A esse título, temos inúmeros autores que estudaram e apresentaram conclusões interessantes em torno do tema, nomeadamente:

- As pessoas deverão assumir as suas responsabilidades por causa do aumento da complexidade dos produtos financeiros, as condições de crédito e as hipotecas cada vez mais difíceis de obter (Lusardi; Mitchell, 2014).
- As pessoas que não possuam conhecimentos financeiros adequados assumem riscos maiores em qualquer situação futura (Mandell; Klein, 2009).
- A gestão das finanças pessoais assume uma importância crucial no contexto atual (Chen; Volpe, 1998).
- O assunto da literacia financeira está diretamente relacionado com o nível de compreensão da informação que serve de base para a tomada de decisões financeiras responsáveis (Holden, 2010).
- Os estudantes universitários têm sido uma população estudada no que toca à literacia financeira (Chen; Volpe, 1998, 2002; Hayhoe *et al.*, 2000; Staten; Barron, 2002; Lawrence *et al.*, 2003; Lyons; Hunt, 2003; Johnson, 2005; Murphy, 2005; Cude; Lyons; Lawrence, 2007; Borden *et al.*, 2008; Sabri; Macdonald, 2010; Robb, 2011; Lusardi; Wallace 2013; Moreno-García *et al.*, 2013).
- Os estudantes universitários apresentam um baixo nível de literacia financeira tanto nos Estados Unidos como na Europa, sendo populações vulneráveis no que toca ao comportamento financeiro responsável e equilibrado (Lusardi; Wallace, 2013; Avard *et al.*, 2005), sendo assim proposta a criação de uma unidade curricular em torno da literacia financeira.
- Os estudantes universitários apresentam uma relação positiva entre a literacia financeira e a poupança e os problemas financeiros (Sabri; Mcdonald, 2010).
- Os resultados da maioria dos estudos demonstram o desconhecimento generalizado da população universitária sobre conceitos financeiros básicos, como a inflação, as taxas de juros, a relação entre risco e rentabilidade e o funcionamento do mercado de capitais

(García *et al.*, 2013).

- Os alunos do ensino superior têm uma percepção positiva das instituições financeiras e dos produtos financeiros oferecidos (Zamora-Lobato *et al.*, 2017).

Os aportes dos diferentes autores, anteriormente enunciados, permitem-nos concluir que existe, efetivamente, um baixo nível de conhecimentos sobre as questões financeiras que versam sobre a poupança, despesa e investimentos. Essa situação justifica a importância do nosso estudo, dado que podemos corroborar as mesmas conclusões, ou bem pelo contrário podemos apurar que a situação já não é como no passado, e essa nova geração transporta já consigo outra forma de estar nas questões financeiras.

Dos múltiplos assuntos que este trabalho trata, consideramos a poupança como um comportamento que adjuva e beneficia o bem-estar pessoal e coletivo. O comportamento de poupança tem uma importância enorme para o futuro imediato, a médio e a longo prazo por forma a ocorrer às emergências ou catalisa o investimento no futuro.

4 Questões de investigação

No âmbito da questão de investigação deste trabalho, que está relacionada com as diferenças da literacia financeira entre os estudantes do ensino superior e a população em geral, percebemos que este trabalho deveria tratar de um conjunto de variáveis que seriam estudadas *per si* e em situação de cruzamento de resultados por forma a compreender o fenómeno na sua profundidade e, posteriormente, cruzar e comparar esses resultados com os resultados nacionais do 3º Inquérito de Literacia Financeira que foi aplicado durante o ano de 2020. Nesta tarefa, pretendemos compreender, também, como a realidade evoluiu e em que medida os dados do passado são recorrentes no presente.

Por forma a comparar corretamente os resultados de ambos os estudos, optamos por extrair uma parte desse questionário para o aplicarmos aos públicos universitários, nomeadamente no que toca ao planeamento financeiro, à poupança, à gestão dos produtos financeiros e às fontes de informação. Em suma, a pergunta de investigação deste trabalho consiste em equacionar os níveis de literacia financeira dos alunos de uma Escola da UTAD, e comparar essas realidades nas diferentes rubricas selecionadas para o nosso estudo e as mesmas rubricas do estudo do 3º inquérito de literacia financeira publicado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Por outro lado, e tentando ir um pouco mais longe, apresentamos também uma série de cruzamentos entre variáveis presentes em ambos os estudos:

1. Responsabilidade pelas decisões financeiras por idade.
2. Caracterização dos entrevistados que não realizaram poupanças no último ano.
3. Caracterização dos entrevistados que estabelecem objetivos financeiros.
4. Conhecimento dos produtos financeiros por género e idade.
5. Caracterização das fontes de informação que influenciaram a decisão de contratação de produtos financeiros.

Nesse sentido, e numa primeira análise, apresentamos os resultados individuais e cruzados das variáveis indicadas anteriormente, e terminamos com a análise comparativa dos resultados por nós obtidos com os resultados nacionais dos mesmos assuntos e questões do 3º inquérito realizado em 2020.

5 Metodologia

A metodologia exploratória do tipo estudo de caso usada nesta investigação pretende conhecer a realidade da literacia financeira tal como se apresenta no seio da amostra selecionada, por forma a anular o viés que o investigador possa introduzir no trabalho de investigação. Por outro lado, pretendemos que este trabalho trate de forma equilibrada a natureza quantitativa dos dados recolhidos no sentido de compreender em extensão e em profundidade a realidade da literacia financeira.

No que toca à amostra por conveniência deste estudo, foram inquiridos 84 alunos da Escola de Ciências Humanas e Sociais com idades compreendidas entre 18 e 24 anos, sendo dezoito sujeitos do género masculino e 66 sujeitos do género feminino. Os inquéritos foram preenchidos de forma presencial por alunos que estavam nas salas de aulas do Complexo Pedagógico, entre o dia 5 e 14 de junho de 2023 com uma duração média de 17 minutos. Foi utilizado o método denominado *random-route* que consiste na seleção aleatória de sujeitos, aleatorizando por completo o processo de recolha de dados.

O instrumento de recolha de dados deste trabalho foi extraído e adaptado a partir do questionário utilizado no 3º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa dinamizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e conduzido pelo Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros (Banco de Portugal, 2020).

O inquérito inclui 28 questões que, para além das variáveis que caracterizam o perfil do estudante (género, idade e ciclo de estudos), inclui questões sobre o planeamento das finanças pessoais, a gestão de produtos financeiros e conhecimento das fontes de informação. Optamos

pela extração de um conjunto de seções do inquérito supracitado, porque desde muito cedo, tomamos a decisão de comparar os resultados obtidos na academia face aos resultados nacionais. Os dados foram analisados com o pacote estatístico SPSS 2022 da IBM, onde levamos a cabo análises estatísticas descritivas, análises de resposta múltiplas e análise de referências cruzadas. Adicionalmente, também utilizamos o *Microsoft Excel* para produzir os gráficos analisados para obtenção dos dados apresentados.

6 Discussão de resultados

6.1 Análise das variáveis

O estudo que levamos a cabo foi realizado junto de 84 sujeitos onde o género feminino tinha um peso na amostra de 78,6% (66 mulheres) e os sujeitos do género masculino representavam 21,4% da amostra (18 homens). No que toca às idades, no intervalo de 18 e 24 anos, temos 90,5% da amostra nas idades entre 18 e 22 anos, onde a idade mais frequente é de 22 anos, idade que representa a moda do estudo. Temos, também, a idade de 19 anos como a segunda idade mais presente no estudo. Por outro lado, dentre os 84 participantes, apenas oito deles apresentam idades de 23 e 24 anos, portanto, o menor número no que tange ao nosso estudo. No que se refere à frequência universitária, temos 57 sujeitos que cursam a licenciatura e 27 sujeitos que frequentam o mestrado.

Quisemos ir um pouco mais longe, e mediante o cruzamento do ciclo de estudos frequentado com o género dos sujeitos, pudemos averiguar que dos 84 sujeitos participantes no estudo, temos 66 mulheres participantes que frequentam a licenciatura ou o mestrado, e dezoito homens participantes frequentam ambos os ciclos de estudos. O valor absoluto com maior importância em termos de participação foi o do género feminino com 48 sujeitos a frequentarem a licenciatura.

Sobre a realidade da questão colocada – *Com quem vive normalmente?* – temos dois valores com expressão, nomeadamente os sujeitos participantes vivem com os pais ou sogros, com uma expressão de 46,5% dos sujeitos participantes, e adicionalmente temos a situação de que os sujeitos participantes vivem com amigos, colegas ou estudantes, com um peso de 32,6% na amostra do estudo. É importante referir que essa questão era de resposta múltipla porque as situações de vida são também múltiplas e variadas. Podemos ter realidades que os sujeitos possam viver durante ou parte da semana com amigos e colegas e o restante com pais e sogros, entre outras situações.

Sobre a responsabilidade das decisões financeiras cotidianas, podemos afirmar, com base nos dados obtidos, que há uma clara ambivalência entre a tomada de decisões pessoais e a tomada de decisões com o apoio de outra pessoa. Em sentido geral, até são compreensíveis essas decisões porque a imensa maioria dos alunos são financiados pelos orçamentos familiares. No entanto, gostaríamos de realçar os quase 40% de sujeitos que tomam decisões sozinhos, o que não deixa de representar um bom nível de confiança que as famílias têm nos seus filhos nos primeiros anos da sua idade adulta. O total das decisões individuais ou em conjunto representa 75% dos sujeitos participantes no estudo, havendo um pouco mais de 20% dos sujeitos que não tomam decisões financeiras no seu dia a dia.

De acordo com os dados apurados, e tendo em conta os 84 inquiridos, verificamos uma série de resultados dignos de análises, porque só 25% dos inquiridos é que gerem o seu rendimento e respetivas despesas, subindo para 42,9% dos inquiridos que tomam notas das despesas mensais. Por outro lado, cerca de 50% dos inquiridos cumpre a prática da separação do seu dinheiro para pagar as contas mensais fixas e variáveis, do dinheiro gasto no dia a dia. De alguma maneira, esse comportamento transporta alguma previdência na gestão do orçamento, por forma a não exceder as possibilidades de gasto e permitir ao inquirido cumprir com as suas obrigações mensais.

Aliás, o resultado da afirmação *Toma notas das contas que terá de pagar de forma a não esquecer* vai no mesmo sentido que a afirmação *Separa o seu dinheiro para pagar contas do dinheiro para pagar os gastos do dia a dia*, uma vez que 53,6% dos inquiridos responderam que tomam notas de recordação dos valores a pagar. Outros dois valores com expressão na nossa opinião são os que se referem à utilização da aplicação do banco (app) para a gestão e controlo das despesas (53,6% dos inquiridos), bem como uso dos pagamentos automáticos para as despesas regulares (46,4% dos inquiridos).

No que toca às formas de poupança, os inquiridos ou guardam o dinheiro na conta à ordem ou guardam o dinheiro em casa ou na própria carteira. São facilmente compreensíveis esses resultados porque a imensa maioria dos inquiridos não lida com grandes somas de dinheiro, e por isso as formas de guarda e de poupança são as mais lineares. Há que registar, também, que um pouco mais de 20% dos inquiridos já aplica as verbas que poupa em depósitos a prazo. Pensamos que já é um primeiro passo, porque dezoito dos 84 inquiridos já percebe a importância de ter algumas verbas para qualquer episódio de vida no futuro. Aliás, até acreditamos que essa disposição possa ser bem superior, mas provavelmente não sobra verbas para fazerem essas aplicações a prazo.

Com base nos resultados obtidos, constatamos uma realidade que não deixa de ser

interessante de analisar, que passa pela existência de uma meta ou objetivo pessoal no que toca à aquisição ou o pagamento de algo importante aos olhos dos inquiridos – 75% dos inquiridos afirmou que tem um objetivo financeiro definido. Dentro desse cenário, os inquiridos afirmam, principalmente, que poupam ou investem (59,3% dos inquiridos); procuram outras fontes de rendimento (40,7% dos inquiridos) e/ou cortam nas despesas (29,6% dos inquiridos).

A capacidade de efetuar despesa de acordo com a realidade financeira pessoal é uma competência que se adquire naturalmente ou pela força das circunstâncias. No nosso estudo, verificamos que 32,1% dos inquiridos chegou à conclusão que o rendimento disponível não era suficiente para fazer face às despesas, e por isso as pessoas são obrigadas a mudar de comportamentos ou a resolver a situação através das poupanças e/ou do trabalho adicional. Nesse sentido, os dados recolhidos são esclarecedores sobre os caminhos a empreender quando o rendimento disponível não é suficiente, nomeadamente através do uso das poupanças pessoais - 27,3% dos inquiridos recorrem às poupanças; cerca de 15,9% dos inquiridos reduzem claramente as despesas; e 13,6% dos inquiridos optam por trabalhar mais tempo para fazer face aos gastos correntes; por último, 11,4% dos inquiridos optam por pedir ajuda a amigos ou familiares.

Em relação ao processo de escolha do produto bancário, os inquiridos tomam em consideração as diferentes propostas de várias instituições – 53,6% dos inquiridos – enquanto que uma percentagem bem mais pequena – 17,9% dos inquiridos – consideram as várias opções na mesma instituição bancária. Por outro lado, constatamos uma preocupação generalizada (com uma leitura com muito detalhe ou com algum detalhe) – 75% dos inquiridos – dos descritivos dos produtos por causa da sua implicação e responsabilidade no momento da contratação desses produtos bancários. Aliás, a leitura com muito detalhe foi escolhida por 42,9% dos inquiridos, o que nos parece bastante expressivo para o intervalo de idades do presente estudo.

As fontes de informação são autênticos canais informativos e de apoio no processo de decisão de adesão ou subscrição. Entrando em linha de conta com a idade dos inquiridos, constatamos uma forte influência de familiares e amigos com 78,6% dos inquiridos, seguido da influência informativa da internet com 39,3% dos inquiridos, e por fim temos o aconselhamento no balcão da instituição, a própria experiência de aquisições anteriores (com 28,6% dos inquiridos respetivamente) e o aconselhamento de entidades especializadas com 25% dos inquiridos.

Em relação à leitura dos contratos, exercício e momento de responsabilidade pessoal, os inquiridos, mais uma vez, consideram esse momento importante quando afirmam em 73,9%

dos casos que leem os contratos com muito detalhe e com algum detalhe. Depois de contratadas as aplicações e os produtos financeiros, existem uma série de preocupações periódicas relacionadas com o acompanhamento e visualização das rentabilidades dos produtos contratados. Constatámos alguma falta de preocupação do cliente em acompanhar as rentabilidades das aplicações financeiras, sendo só 21,4% dos inquiridos é que afirmam que visualizam com frequência as rentabilidades das diferentes aplicações. Existem outros tantos de inquiridos que visualizam com pouca frequência o valor do momento dos produtos financeiros subscritos. Porém, há um pormenor que não deixa de ser importante, onde mais de 56% dos inquiridos afirmam que não acompanham, não sabem ou não respondem.

Em relação às situações estranhas como esquemas fraudulentos e movimentos estranhos, e por incrível que possa parecer, um pouco mais de 28% dos inquiridos referiram que foram alvos de práticas incorretas ou desonestas. Nesse elenco há situações de aceitação de conselhos que depois foram descobertos pelos inquiridos como fraudulentos (10,7%, ou seja nove em 84 inquiridos); fornecimento de informação financeira por internet a solicitações fraudulentas (3,6%, ou seja 3 em 84 inquiridos), e a existência de movimentos que podem não corresponder a despesas ou compromissos efetivos dos inquiridos (14,3%, ou seja doze em 84 inquiridos). No plano da informação, os inquiridos demonstraram que não acompanham regularmente a informação veiculada no espaço público, onde os itens de resposta de escolha múltipla mais pontuados são as informações sobre economia; taxas de juro; legislação e regulamentação de produtos e notícias sobre o mercado imobiliário.

Em relação às fontes de informação, elas jogam um papel essencial, orientador e profícuo quando são devidamente usadas e quando se comportam dentro da ética e dos limites legais. Nesse caso e como se compreende, as fontes informais jogam um papel essencial dado que, e como pudemos observar com os resultados obtidos, os inquiridos entram em linha de conta essencialmente com o gestor de conta/bancário (67,9% dos inquiridos) e os amigos/familiares e colegas (78,6% dos inquiridos). Por outro lado, verificamos também força no uso da internet como fonte de informação, completamente compreensível por causa do intervalo de idade dos inquiridos e participantes no estudo.

No caso de litígio, os inquiridos apresentam conhecimentos relativos de onde poderão recorrer e socorrem-se para fazerem valer os seus direitos. Constatamos que 39,3% dos inquiridos enunciam as entidades supervisoras como o Banco de Portugal e CMVM, seguido da Associação de Defesa dos Consumidores com 21,4% dos inquiridos a optarem por esse caminho. Consideramos a situação um pouco preocupante, porque os inquiridos não estão preparados em termos de informação e conhecimento sobre os canais que os podem ajudar em

qualquer situação menos positiva. O desconhecimento e a incapacidade de resposta estão presentes em 53,6% das respostas dos inquiridos do estudo.

No âmbito de qualquer impossibilidade em honrar os compromissos sob a forma de prestações de empréstimos, os inquiridos apresentam a família como o principal apoio na resolução dos problemas, seguido do próprio banco como interlocutor também para solver o problema vivido pelo inquirido. Aqui, verificamos um nível preocupante de falta de informação, porque a situação do *não sabe* e do *não responde* tem um valor acumulado de 35,7% dos inquiridos.

No plano da percepção do risco das aplicações e produtos financeiros, observamos um elevado desconhecimento sobre os riscos desses produtos, onde 66 dos 84 inquiridos não sabem quais são os riscos que os instrumentos financeiros derivados apresentam junto do subscritor. Nesse sentido, também constatamos que os inquiridos não sabem qual é o nível de risco das aplicações como os certificados de aforro/certificado do tesouro, nem tão pouco o risco dos fundos de investimento. Aliás, os inquiridos só reconhecem um baixo nível de risco nos depósitos a prazo e nos planos de poupança (30 dos 75 respondentes a esse item e 27 dos 81 respondentes a esse item, respetivamente). Porém, e por estranheza, os inquiridos consideram também que os depósitos a prazo apresentam um elevado risco, o que nos parece que é mais desconhecimento que percepção real de risco.

6.2 Análise dos cruzamentos

De seguida, apresentamos alguns cruzamentos que nos permitem perceber um pouco mais a fundo algumas peculiaridades da investigação. Entrando em linha de conta que o estudo contemplava 66 mulheres e dezoito homens. Verificamos que 76,5% dos inquiridos do género feminino envolvidos no estudo guardavam o dinheiro em casa ou na carteira, contra 23,5% do género masculino. Constatámos, também, uma certa apetência desse universo de pessoas participantes no estudo pela aquisição de criptomoedas (14,3% dos inquiridos), o que nos parece relativamente normal embora ainda haja uma certa dificuldade em compreender a realidade das criptomoedas. O depósito a prazo continua a ter a sua importância na vida das pessoas, onde 83,3% dos inquiridos do género feminino participantes no estudo optam por esse tipo de depósito, contra 16,7% dos inquiridos do género masculino que consideram o produto adequado para alocar as poupanças. E por fim, temos que 80% dos inquiridos do género feminino deixam o dinheiro da conta à ordem, contra 20% dos inquiridos do género masculino que consideram esta via como a adequada.

A poupança, nesse espectro de idades, é um assunto que não se coloca muito na ordem do dia, porém há alguns números que merecem atenção. Em geral, podemos afirmar que os níveis de poupança são muitos baixos por não ser característico esse tipo de comportamento no seio dos jovens. No que tange à idade de 22 anos, um terço dos inquiridos apresenta uma tendência consistente de poupança nos cenários apresentados no inquérito, nomeadamente no que toca à gestão da poupança pela família, à guarda dos valores monetários em casa ou na carteira; à colocação dos recursos financeiros num depósito a prazo ou simplesmente deixar os valores na conta à ordem.

Com base na análise dos dados recolhidos, constatámos que a poupança é um assunto partilhado pelos alunos de mestrado e os alunos da licenciatura. Em alguns itens de resposta os alunos de licenciatura fazem a unanimidade em termos relativos no que toca em aplicações nomeadamente transferências, compra de materiais preciosos, compra de propriedades e inclusivamente objetos de arte; e por outro lado, investimento em obrigações. Convém ver esses números com algum cuidado, porque em termos absolutos representam somente três alunos de licenciatura no que se refere às aplicações, e seis alunos no que se refere ao investimento em obrigações. Por outro lado, e com mais expressão, os inquiridos que frequentam a licenciatura é que apresentam valores mais elevados que os inquiridos que frequentam o mestrado, no que toca ao deixar os valores na conta à ordem (32 inquiridos frequentam a licenciatura contra treze inquiridos que frequentam o mestrado) e na colocação das verbas a prazo (dez inquiridos frequentam a licenciatura contra oito inquiridos que frequentam o mestrado). Em sentido geral, e por estranho que pareça, os inquiridos que frequentam a licenciatura apresentam níveis superiores de poupança em relação aos inquiridos que estão matriculados no mestrado.

No sentido de ter metas e objetivos financeiros, as mulheres se sobressaem em relação aos homens com 85,7% das inquiridas contra 14,3% dos inquiridos que afirmam ter metas. Porém, 60% dos inquiridos do sexo masculino afirmam não terem metas definidas. Acerca dos objetivos financeiros, relativo às idades entre 19 e 22 anos, houve uma expressiva quantidade de inquiridos que afirmaram não saber se têm objetivo financeiro. Dos quais 50% dos inquiridos com 21 anos não sabe se tem objetivo financeiro (vale a pena ressaltar que esse valor se refere a três inquiridos de um total de doze inquiridos com 21 anos) e 46,7% dos inquiridos com 22 anos não tem objetivo financeiro. Dos que afirmam ter objetivo financeiro, só 23,8% dos inquiridos com 19 anos e 22 anos afirmam terem um algum objetivo financeiro.

No âmbito do estabelecimento de objetivos financeiros, nomeadamente comprar um carro, pagar as propinas ou pagar empréstimos, os inquiridos da licenciatura apresentam uma vontade superior que os inquiridos que cursam o mestrado. Aliás, esses valores são ainda mais

claros na licenciatura, onde 73% dos inquiridos que cursam a licenciatura afirmam terem algum objetivo financeiro.

6.3 Análise comparada dos dados das questões centrais de investigação

6.3.1 Responsabilidade pelas decisões financeiras por idade?

A questão da responsabilidade é um tema central no que toca às decisões financeiras, as quais estão bastante ligadas à realidade da idade. O cruzamento de dados que realizamos permitiu-nos ver, com clareza, algumas peculiaridades no que toca à responsabilidade das decisões financeiras. Ora vejamos, todos os inquiridos com 24 anos tomam as suas decisões financeiras de forma autónoma. Metade dos inquiridos com 23 anos afirmaram que tomam as decisões sozinhos ou em conjunto com outra pessoa. Os inquiridos com 22 anos tomam as decisões em três contextos diferentes: ou sozinhos; ou em conjunto com outra pessoa; ou as decisões são tomadas por outra pessoa. No caso dos inquiridos com 21 anos, temos 75% dos inquiridos com essa idade a afirmarem que tomam as decisões com outra pessoa. E os demais inquiridos entre 18 e 20 anos ocorre a mesma situação com os inquiridos de 22 anos, com mais ou menos importância os valores dos três contextos de decisão.

Comparado com os dados apresentados no relatório do 3º Inquérito de 2020, verificamos que 39,3% dos inquiridos do nosso estudo tomam decisões sozinhos, enquanto que no plano da população portuguesa esse valor é pouco mais de 25%, denotando que, nos últimos anos, houve um crescimento na tomada de decisões individuais, ainda que exista uma diferença considerável entre valores dos dois estudos.

Comparando com os dados de 2020 presentes no Relatório do 3º inquérito à literacia financeira da População Portuguesa, 45,5% dos inquiridos afirmam tomar decisões sozinhos contra os 39,3% registados em 2023. Percebemos que existem menos pessoas a tomar decisões por conta própria, havendo, dessa forma, aconselhamento ou participação de outrem nesse processo de decisão. No plano da tomada de decisão com outra pessoa, os valores mantêm-se tanto no relatório como na nossa investigação. Tivemos 21,4% dos inquiridos no relatório a afirmarem que tomavam decisões com outra pessoa, contra 35,7% dos inquiridos em 2023 com base nos valores que foram apurados por nós no âmbito desta investigação. Por outro lado, e no plano das decisões tomadas por outras pessoas, houve uma redução de 25,4% dos inquiridos em 2020 para 21,5% em 2023, o que quer dizer que houve um transvase de alguma percentagem desse cenário para a tomada de decisão com outra pessoa.

6.3.2 Caracterização dos entrevistados que não realizaram poupanças no último ano

No âmbito desse cruzamento, e por causa dos resultados residuais, deparamo-nos com as seguintes situações:

- houve só seis inquiridos do género feminino que disseram que não pouparam, e ninguém do género masculino afirmou que não poupou no último ano;
- houve só três inquiridos entre os 18 e 19 anos, e três inquiridos com 22 anos de idade;
- houve só seis inquiridos que frequentam a licenciatura que afirmaram que não pouparam no último ano, e ninguém dos que frequentam o mestrado.

No plano comparativo entre 2020 e 2023, temos em 2020 no Relatório do 3º inquérito um dado que refere que 32,8% dos inquiridos do género masculino não realizou qualquer poupança, e 35,9% dos inquiridos do género feminino estava na mesma situação. Já em 2023, não sabemos se por vergonha, os valores da poupança entre géneros são muito diferentes, dado que o género masculino afirmou que não poupava e só 9,1% dos inquiridos do género feminino afirmou que não poupava qualquer quantia. Houve uma diminuição significativa nas magnitudes relacionadas com essa realidade, o que não nos permite perceber em profundidade a realidade em estudo. Ainda nesse plano, e no que toca à idade dos inquiridos, verificamos também valores inferiores em 2023, de cerca de 14,1% contra 32,2% em 2020, no intervalo de idades entre 18 e 24 anos. No plano da formação superior, verificamos que em 2020 tínhamos 10,7% dos inquiridos que diziam que não tinham poupado, realidade que sofreu uma ligeira redução em 2023 e que passou para 7,1% dos inquiridos.

6.3.3 Caracterização dos entrevistados que estabelecem objetivos financeiros

Como podemos observar nos dados recolhidos e representações gráficas produzidas, o género feminino tem uma aptidão superior para o estabelecimento de objetivos financeiros - 81,8% dos inquiridos do género feminino contra 50% do género masculino. Por outro lado, 50% dos inquiridos do género masculino declara que não define qualquer objetivo financeiro.

No plano comparativo entre os nossos dados e os dados do Relatório do 3º inquérito (2020), verificamos que houve um aumento em ambos os géneros no que toca ao estabelecimento de objetivos financeiros, ou seja, passamos de 41,3% para 50% dos inquiridos do género masculino, e de 37,1% para 81,8% dos inquiridos do género feminino.

No que toca aos objetivos financeiros por idade, constatamos algo insólito que se

conforma da seguinte maneira: quanto menor é a idade dos inquiridos maior é a propensão para a definição de objetivos financeiros. Só nas idades compreendidas entre 20 e 21 anos é que essa regra é colocada em causa. Consideramos estranho esse posicionamento dos inquiridos, mas os dados revelam essa tendência. A única explicação que encontramos é que o número de sujeitos inquiridos em algumas idades é bastante reduzido. Estamos cientes que em algumas circunstâncias deveríamos ter uma amostra maior em todos os escalões etários para obter uma consistência adicional por forma a contrariar algum enviesamento.

No plano comparativo entre os nossos dados e os dados do Relatório do 3º inquérito (2020), e no âmbito da idade (faixa etária de 18 a 24 anos), passamos de 56,8% em 2020 para 75% em 2023 no que toca ao estabelecimento de objetivos financeiros.

No âmbito dos objetivos financeiros por ciclo de estudos, voltamos a ter a tendência dos dados analisados onde os alunos da licenciatura apresentam uma aptidão para a definição de objetivos financeiros em relação aos alunos que frequentam o mestrado. Temos 80,7% dos inquiridos da licenciatura com objetivos financeiros definidos em relação aos 63% dos inquiridos que cursam o mestrado.

No plano comparativo entre os nossos dados e os dados do Relatório do 3º inquérito (2020), e no âmbito do nível de escolaridade/ciclo de estudo, verificamos também um incremento dos valores relativos que passaram de 60,1% em 2020 para 75% em 2023. Acreditamos que esses incrementos estejam relacionados com as mudanças sociais do pós-pandemia, porque os inquiridos estão cada vez mais preventivos a futuras situações.

6.3.4 Conhecimento dos produtos financeiros por género e idade

As mulheres têm demonstrando uma participação expressiva nos produtos financeiros contratados. A maioria dos produtos expostos em nossa pesquisa, elas se sobressaem entre 66,7% a 87,5% em todos os produtos. Como a amostra deste estudo contempla 66 pessoas do género feminino, é compreensível termos encontrado uma série de valores superiores do lado das mulheres. Sabendo que os inquiridos do género masculino só pesam cerca de 27%, consideramos que deveria haver mais inquiridos do sexo masculino para que existisse na amostra a realidade demográfica do país. Porém, a investigação é assim mesmo quando usamos a técnica do *random-route*, e por isso continuam os dados a serem válidos no contexto da investigação. É importante realçar que os inquiridos contratam na generalidade os produtos financeiros, realidade que merece ser notada por causa da idade dos inquiridos. O cartão de crédito, seguido do depósito a prazo e o depósito à ordem assumem o protagonismo no elenco

apresentado aos inquiridos, com 33,3%, 26,7% e 21,4%, respectivamente.

No âmbito do conhecimento dos produtos financeiros por idade, observamos um conhecimento generalizado dos produtos financeiros no intervalo de idades presente neste estudo. Dos inquiridos com 19 anos, 28,6% afirmam conhecer tanto os depósitos à ordem assim como os criptoativos, sendo os valores mais elevados desse cruzamento. Dos inquiridos com 22 anos, 28,1% afirmam conhecer o certificado de aforro/certificado do tesouro e 26,7% afirmam conhecer o depósito a prazo, sendo os segundos valores mais elevados.

6.3.5 Caracterização das fontes de informação que influenciaram a decisão de contratação de produtos financeiros

No que toca às influências das fontes de informação sobre a contratação e adesão aos produtos financeiros, podemos observar algumas realidades interessantes. Percebemos que a maioria dos meios e fontes de informação tem influência sobre as decisões relacionadas com os produtos bancários (entre 50% e 75% dos inquiridos afirmam que a lista apresentada de fontes de informação são fontes importantes de esclarecimento e de tomada de decisão). Essas influências são seguidas no âmbito da contratação de seguros e planos de reforma, onde vemos a imensa maioria das fontes a levarem a cabo o seu papel de comunicação pública das virtudes e vicissitudes desse tipo de produto. Só nos produtos de investimento é que temos uma menor capacidade de comunicação e influência das fontes de informação consideradas no estudo.

No plano comparativo entre os nossos dados de 2023 e os dados do Relatório do 3º inquérito (2020), verificamos que o conselho no balcão da instituição onde adquiriu o produto perdeu importância porque nas categorias de produto bancário; produto de investimento e seguros e planos de reforma passamos de 37,4%, 54,1% e 44,1% (2020) para 37,5%; 37,5% e 25% (2023) respectivamente. No âmbito do conselho de familiares, verificamos que passamos de 36,6%, 34,1% e 27,6% (2020) 40,9%; 36,4% e 22,7% (2023) respectivamente. No plano da informação recolhida no balcão, passamos de 4%, 8,2% e 6,6% para 66,7%; 0% e 33,3% respectivamente. Verificamos alguma variabilidade nos valores recolhidos e comparados porque estimamos que a pandemia veio baralhar muitas das rotinas dos sujeitos e operadores, razão pela qual os valores se alteram por questões sanitárias.

7 Conclusões

A literacia financeira relaciona-se com a aquisição de conhecimentos e capacidades que

permitem a tomada de decisões conscientes e racionais. Essa formação é fundamental para as decisões presentes e futuras relacionadas com as finanças pessoais; produtos e serviços financeiros, bem como compreender a complexidade dos contextos e instrumentos financeiros. Numa visão mais holística, a disponibilização de informação financeira e a respetiva compreensão sustentam as opções individuais de escolha mais rigorosa, contribuindo para os comportamentos responsáveis dos cidadãos. O contexto do sistema socioeconómico pode potenciar os resultados das decisões individuais, cujas decisões informadas e conscientes são um meio caminho andado para a liberdade do sujeito em termos económicos e financeiros.

Os resultados obtidos com este estudo foram ricos, amplos e diversos, o que nos permitiu ver ao vivo a realidade portuguesa e a realidade académica por nós desconhecida, e compreendemos uma série de realidades inerentes ao conhecimento público sobre o planeamento das finanças pessoais; as fontes de informação, bem como a gestão de produtos financeiros.

No plano comparativo, e no âmbito do planeamento das finanças pessoais, no nosso estudo 39,3% dos inquiridos tomam decisões sozinhos, enquanto que no plano da população portuguesa esse valor é pouco mais de 25%, denotando que, nos últimos anos, houve um crescimento na tomada de decisões individuais, ainda que exista uma diferença considerável entre valores dos dois estudos. No que toca às respostas múltiplas relacionadas com a forma de planear o orçamento, podemos afirmar que existem pequenas diferenças no que toca à tomada de notas das despesas até uma diferença considerável entre os valores do relatório do 3º inquérito e o nosso trabalho no que se refere à utilização da app do banco ou alguma ferramenta de gestão de finanças pessoais – 19,6% em 2020 do relatório e 53,6% em 2023 do nosso estudo. No âmbito do nosso estudo e das formas de poupança no último ano, os alunos com idades compreendidas entre 18 e 24 anos referem que ou deixaram o dinheiro na conta à ordem (53,6% dos inquiridos) ou guardaram os valores em casa ou na carteira (60,7% dos inquiridos). Enquanto que, no relatório do 3º Inquérito, 58,5% dos inquiridos afirmaram que deixam os valores na conta à ordem, já só 15,6% dos inquiridos guardaram os valores em casa ou na carteira. No que toca aos objetivos financeiros, apuramos que 75% dos alunos estabelecem objetivos financeiros, enquanto que o relatório do 3º Inquérito refere que para o mesmo intervalo de idades, só 56,8% dos inquiridos é que tinham definidos objetivos financeiros. Por outro lado, em ambos os estudos verificamos que as pessoas conseguem alcançar os seus objetivos financeiros mediante a poupança e pelo corte das despesas correntes.

No âmbito da gestão de produtos financeiros, os alunos e a população em geral são sensíveis à pesquisa de várias opções de diferentes instituições. No plano da leitura da

informação sobre os produtos antes da contratação, verificamos que 42,9% dos inquiridos do nosso estudo leem com muito cuidado essa informação, enquanto que 21,2% dos inquiridos da população portuguesa executam essa tarefa de leitura minuciosa. No que toca à frequência de consulta da informação sobre a rentabilidade das aplicações financeiras, verificamos diferenças importantes tanto em sentido positivo como em sentido negativo, dado que no nosso estudo 21,4% dos inquiridos afirmam que o fazem com muita frequência, enquanto que no relatório do 3º Inquérito esse valor refere-se a 12,5% dos inquiridos.

No plano das fontes de informação, os inquiridos em ambos os estudos consultam informação sobre a economia, o mercado imobiliário e a evolução das taxas de juro. A principal fonte informativa é o gestor bancário, o que não nos surpreende porque continua a ser a pessoa mais informada e preparada para o aconselhamento das populações. Em suma, consideramos que existem diferenças importantes entre os estudos, diferenças que consideramos normais quando comparamos o escalão etário entre 18 e 24 anos com a população portuguesa em geral. Ainda assim, pudemos observar algumas similitudes entre estudos para o mesmo intervalo de idades, o que denota que a realidade, por vezes, não mudou tanto assim entre 2020 e 2023.

Referências

- AKSOYLU, S.; BOZTOSUN, D.; ALTINIŞIK, F.; BARAZ, E. A baseline investigation of financial literacy levels: The Case of Kayseri Province, **Journal of Accounting & Finance**, Atlanta, [s.v.], n. 75, p. 229-246, 2017.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. Measuring financial literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study. **OECD working papers in finance, Insurance and Private Pensions**, 15. Paris: OECD Publishing, 2012, Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k9csfs90fr4-en.pdf?expires=1715250692&id=id&accname=guest&checksum=D1245CDF38216DE868C51DAE9C47EE41>. Acesso em: 9 mai. 2024.
- AVARD, S.; MANTON, E.; ENGLISH, D.; WALKER, J. The financial knowledge of college freshmen. **College Student Journal**, Brenham (Texas), v. 39, n. 2, p. 321-339, 2005.
- BANCO DE PORTUGAL. **Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa**, Lisboa: Banco de Portugal e Eurosistema, 2010. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/relatorio_do_inquerito_a_literacia_financeira_da_populacao_portuguesa_2010.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.
- BANCO DE PORTUGAL. **Relatório do 3º inquérito à literacia financeira da população portuguesa**, Lisboa: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, 2020. Disponível em: <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2021-06/relatorio3inqlf.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2023.
- BORDEN, L.; LEE, S.; SERIDO, J.; COLLINS, D. Changing college students' financial knowledge, attitudes, and behavior through seminar participation. **Journal of Family Economic Issues**, [s.l.], v.

29, n. 1, p. 23-40, 2008. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10834-007-9087-2>. Acesso em: 9 mai. 2024.

CALCAGNO, R.; MONTICONE, C. Financial literacy and the demand for financial advice. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, Netherlands, v. 50, Elsevier, p. 363-380, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2014.03.013>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CHEN, H.; VOLPE, R. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998. Disponível em: <https://openjournals.libs.uga.edu/fsr/article/view/3853/3300>. Acesso em 9 mai. 2024.

CHEN, H.; VOLPE, R. Gender differences in personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 289, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285358406_Gender_Differences_in_Personal_Financial_Literacy_Among_College_Students. Acesso em 9 mai. 2024.

CUDE, B.; LYONS, A.; LAWRENCE, F. Getting financially fit: A financial education tool kit for college campuses. **Consumer Interests Annual**, [s.l.], v. 53, p. 190-192, 2007. Disponível em: https://www.consumerinterests.org/assets/docs/CIA/CIA2007/cudelawrencelyons_getfinanciallyfitfinancialeducationtoolki.pdf. Acesso em: 9 mai. 2024.

FERNANDES, D.; LYNCH, J.; NETEMEYER, R. Financial literacy, financial education and downstream financial behaviours. **Management Science**, [s.l.], v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/epdf/10.1287/mnsc.2013.1849>. Acesso em: 9 mai. 2024.

GARCÍA, N.; GRIFONI, A.; LÓPEZ, J.; MEJÍA, D. **La educación financiera en América Latina y el Caribe. Situación actual y perspectivas**. Caracas: CAF, 2013. (Serie Políticas Públicas y Transformación Productiva, n. 12). Disponível em: https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/379/caf_12_educaci_n_financiera5.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 mai. 2024.

HAYHOE, C.; LEACH, L.; TURNER, P.; BRUIN, M.; LAWRENCE, F. Differences in spending habits and credit use of college students. **Journal of Consumer Affairs**, Tarpon Springs, v. 34, n. 1, p. 113-133, 2000.

HOLDEN, K. **Theories of human behavior and emotion: What they imply about the financial behavior of vulnerable populations**. Madison: Center for Financial Security, 2010. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=4b17383589cc0c2fa3b63b363f77d10727d572fe>. Acesso em: 9 mai.2024.

HUSTON, S. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, Tarpon Springs, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x> Acesso em: 19 mar. 2024.

JOHNSON, C. Maxed out college students: A call to limit credit card solicitations on college campuses. **New York University Journal of Legislation and Public Policy**, New York, v. 8, p.191-277, 2005.

LAWRENCE, F.; CHRISTOFFERSON, R.; NESTER, S.; MOSER, E.; TUCKER, J.; LYONS, A. **Credit card usage of college students: Evidence from Louisiana State University**. Baton Rouge: Louisiana Agricultural Center, 2003. Disponível em: https://repository.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=agcenter_researchinfosheets. Acesso em: 13 jun. 2023.

LUSARDI, A. Financial literacy: Do people know the ABCDs of finance, **Public Understanding of Science**, Londres, v. 24, n. 3, p. 260-271, 2015. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0963662514564516>. Acesso em: 7 mai. 2024.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. **American Economic Journal: Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jel.52.1.5>. Acesso em 2 mai. 2024.

LUSARDI, A.; WALLACE, D. Financial Literacy and Quantitative Reasoning in the High School and College Classroom. **Numeracy**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível

em: <https://digitalcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1144&context=numeracy>. Acesso em: 8 mai. 2024.

LUSARDI A.; TUFANO P. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. **Journal of Pension Economics and Finance**. v. 14, n. 4, p. 332-368, 2015. Disponível em

<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/abs/debt-literacy-financial-experiences-and-overindebtedness/6140546AF9CA1BAC33FAE47F35C5C178>. Acesso em: 8 mai. 2024.

LYONS, A.; HUNT, J. The Credit Practices and Financial Education Needs of Community College Students. **Journal of Financial Counseling and Planning**, New York, v. 14, n. 2, p. 63-74, 2003,

Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2265596>. Acesso em: 8 mai. 2024.

MANDELL, L.; KLEIN, L. The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior. **Journal of Financial Counseling and Planning**, New York, v. 20, n.1, p. 15-24, 2009.

Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ859556.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2024.

MESSY, F.; MONTICONE, C. Financial Education Policies in Asia and the Pacific, **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, 40, Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível

em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5jm5b32v5vvc-en.pdf?expires=1715172020&id=id&accname=guest&checksum=A03B4CA7A9D105643E2CDFFD DA68DA1D>. Acesso em: 8 mai. 2024.

MORENO-GARCÍA, E.; SANTILLÁN, A.; MUNGUÍA, J. Some aspects about financial knowledge of undergraduate students, **International Journal of Management and Sustainability**, vol. 2, n. 4, pp. 40-62, 2013. Disponível em:

<https://archive.conscientiabeam.com/index.php/11/article/view/920/1299>. Acesso em: 8 mai. 2024.

MURPHY, A. J. Money, money, money: An exploratory study on the financial literacy of black college students. **College student journal**, v.39, n.3, p. 478-489, 2005. Disponível em:

<https://www.semanticscholar.org/paper/Money%2C-Money%2C-Money%3A-An-Exploratory-Study-on-the-of-Murphy/51a4de65d8869f00b3a29d95efd647742e2acbc9>. Acesso em: 9 de mai. 2024.

REMUND, D. Financial literacy explicated: The Case for a clearer definition in an increasingly complex economy, **Journal of Consumer Affairs**, Tarpon Springs, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ROBB, C. Financial knowledge and credit card behavior of college students. **Journal of Family and Economic Issues**, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 690-698, 2011. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s10834-011-9259-y>. Acesso em 9 mai.2024.

SABRI, M.; MACDONALD, M. Savings Behavior and Financial Problems among College Students: The Role of Financial Literacy in Malaysia. **Cross-cultural Communication**, Montreal, v.6 n.3,



p.103-110, 2010. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/50946039_Savings_Behavior_and_Financial_Problems_among_College_Students_The_Role_of_Financial_Literacy_in_Malaysia

Acesso em: 9 mai. 2024.

STATEN, M.; BARRON, J. Credit Card Usage of College Students: Evidence from Louisiana State University, LSU AgCenter Research Information Sheets, Baton Rouge, v. 8, p. 2-27, 2003. Disponível em: https://repository.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=agcenter_researchinfosheets. Acesso em: 8 mai. 2024.

XU, L.; ZIA, B. Financial Literacy Around the World: An Overview of the Evidence with Practical Suggestions for the Way Forward. **World Bank Policy Research Working Paper**, Washington, [s.v.], n. 6107, p. 1-56, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/31488990/Financial_Literacy_around_the_World_An_Overview_of_the_Evidence_with_Practical_Suggestions_for_the_Way_Forward. Acesso em: 9 mai. 2024.

VITT, L.; ANDERSON, C.; KENT, J.; LYTER, D.; SIEGENTHALER, J.; WARD, J. **Personal Finance and the Rush to Competence**: Financial Literacy Education in the U.S. Middleburg: Fannie Mae Foundation, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240619141_Personal_Finance_and_the_Rush_to_Competence_Financial_Literacy_Education_in_the_US. Acesso em: 5 jun. 2023.

ZAMORA-LOBATO, T.; GARCÍA-SANTILLÁN, A.; MORENO-GARCÍA, E.; LÓPEZ-MORALES, J.; RAMOS-HERNÁNDEZ, J. High School Students and their Perception of Financial Institutions: An Empirical Study in Xalapa, Veracruz. **IEJME**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 133-143, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317385941_High_School_Students_and_their_Perception_of_Financial_Institutions_An_Empirical_Study_in_Xalapa_Veracruz. Acesso em: 9 mai. 2024

**Submetido em 04 de Setembro de 2023.
Aprovado em 30 de Novembro de 2023.**